



equivocaste-te, amigo

Meu bom amigo, todo tu és verdade: é isso que torna mais difícil seguir-te.

Não que tenhas conhecido todas as verdades.

Não sabias que a Terra era redonda nem tão grande assim.

Havia muitas coisas que tu não conhecias.

Não foste um génio da ciência.

Sei que sabias ler e pouco mais.

O sol fez-te suar, mas nunca soubeste de que era feito o sol.

Bebias água. Tinhas sede, mas não sabias a fórmula da água.

Equivocaste-te, amigo, em tantas coisas...

Pensavas que o fim de tudo estava iminente.

Crias, como toda a gente, em anjos e demónios.

Fazias parte de um Reino à parte; que, no fim, havia de triunfar.

Que o teu Pai não te daria com uma pedra nos dentes, quando lhe pedisses pão.

Equivocaste-te, amigo: pediste para não beber o cálice e acabaste por te afogar nele. Não

houve legiões de anjos.

Não foste tão esperto como julgavam as multidões e os mais chegados.

Perante o teu final desastroso, revelou-se o que de facto eras: um como qualquer de nós, tão

ignorante, tão sonhador, tão só, tão utópico como os restantes.

E contudo, amigo, meu bom amigo Jesus, sim vejo em ti algo que não vejo nem vi em mais

ninguém. Eras verdade. Repugnava-te a mentira e a duplicidade. Assim como eras por dentro,

assim te revelavas por fora. Nunca te apresentaste maquilhado.

Não sabias fazer teatro. Equivocaste-te, mas não te enganaste a ti mesmo.

Meteste os teus

numa grande confusão, mas não os enganaste.

Foste verdadeiro contigo, com os teus e com o Pai.

Falharam-te os teus, no momento supremo, falhou-te o teu Pai: deixou-te ser homem, apenas

homem... até ao fim!

Sempre nos custou muito essa morte tão vulgar. Mas continuámos a seguir-te.

Desde o princípio nos custou muito a engolir a vulgaridade da tua humanidade: alguém igual a

todos em tudo, exceto no mal. Mas isso não agradou nem sequer aos teus primeiros

seguidores. Por isso te fizeram nascer numa bela cidade, histórica e berço de David.

Festejaram-te com chuvas de estrelas e coros de anjos. E junto à cruz barata, cruel e vulgar,

colocaram a tua mãe, e puseram na tua boca ensanguentada a mística dumas palavras que,

com certeza, tu jamais pronunciaste.

A divindade não podia nascer numa aldeola desconhecida. Não podias morrer sem a presença

da tua mãe. A história poderia atirar-to à cara, como lançaram à cara dos teus amigos a sua

cobardia.

Penso que o verdadeiro enterro não to fez José de Arimateia. O verdadeiro enterro começou

depois.

Foi lento e pouco a pouco. Durou séculos. A última pazada de terra e a lápide de mármore foi

colocada antes da Idade Média. O epitáfio dizia: Aqui jaz Jesus de Nazaré, bom e poeta. Amou

o povo e acreditou em Deus. Descanse em paz.

E recomeçámos a seguir, com um equipamento mais pesado do que uma túnica, um cajado e

umas sandálias.

LUIS ALEMÁN MUR. Teólogo.

Silêncio – artes de fazer

«Deus que não nos encurralas no corpo das palavras ou dos ídolos»

(José Augusto Mourão, O Nome e a Forma)

Em 2017, a editora Quetzal trouxe até nós um livro de Erling Kagge – «SILÊNCIO NA ERA DO RUÍDO». O autor escreve sobre uma travessia solitária da Antártida, na direção ao Pólo Sul. O livro é uma narrativa de viagem, mas a paisagem que os leitores descobrem é interior. É também um livro de descobertas, mas é o silêncio o principal achado do autor. Talvez, por isso, só 20 anos depois tenha escrito acerca deste descobrimento do silêncio.

No ano anterior, na conferência de abertura do encontro «Correntes d'Escritas» de 2016, na Póvoa de Varzim, José Tolentino Mendonça, a propósito do silêncio dos livros, propunha, poética e profeticamente, que classificássemos o silêncio como património imaterial da humanidade. Propunhao como experiência de humanização, numa sociedade saturada pela hiperestimulação dos sentidos.

Os crentes têm uma forte relação com o silêncio nas práticas rituais e orantes, contexto em que o silêncio habita a palavra e o gesto. Esse pode ser um dos substratos para a pergunta «o que é o silêncio?».

As antropologias do sagrado têm mostrado como a comunicação com Deus encontra, no silêncio, um veículo privilegiado. As vigilâncias e interdições acerca do uso de um nome ou de um rosto para Deus, no sagrado monoteísta, podem ser lidas como sintomas de uma falta. Nesta perspetiva, o nome e o rosto não garantiriam as qualidades de transcendência necessária, desqualificariam Deus, permitiriam a sua captura. Em muitas especulações clássicas, o silêncio é o que mais se pode aproximar da natureza de Deus. Para Apolodoro de Atenas (séc. I a.C.) o silêncio imita a natureza divina. O pensador judeu André Neher, sublinhou como, em algumas tradições iudaicas, o silêncio se apresenta como a forma mais eloquente de revelação. Perante Deus, o teólogo cristão Gregório de Nazianzo (séc. IV) recomenda um hino de silêncio. E há ainda o silêncio como génese. Para o teólogo e místico luterano Jakob Böhme (séc. XVI-XVII), a experiência do silêncio é uma aproximação ao que Deus era, antes da natureza e da criação.

Nesta linha de pensamento e experiência, o silêncio não é um obstáculo à comunicação, ou a sua ausência. Ele corresponderia a um estado de comunhão em que a linguagem se torna caduca. No discurso dos místicos, este tópico, como sabemos, prolifera. Segundo João da Cruz, «o Pai só proferiu uma palavra: o seu verbo», proferiu-a num silêncio eterno e só no silêncio pode ser escutada. O silêncio é, então, a matéria da comunicação de Deus. Mas, na experiência cristã, o silêncio não é o reduto da solidão de Deus. O silêncio não é uma forma de falar de um Deus que não se importa. Se fosse esse o caso, o nosso silêncio traduziria a nossa própria impotência – o silêncio de Deus e o nosso próprio silêncio seriam duas faces de uma mesma impossibilidade de relação. Nesse sentido, quando olhamos a experiência orante e ritual, como habitat de comunhão, descobrimos que o silêncio não é uma renúncia à palavra, ao canto e ao gesto (ou à dança).

Embora bem firmada na tradição, a ideia de um silêncio como génese pareceme lacunar. Nessa perspetiva, a descrição, a veneração, o louvor, a reverência seriam sempre palavras e gestos desvalorizados. A atividade ritual falante é, aliás, essencial para construção da comunidade – a voz unânime, a recitação coletiva, o canto comunitário, são parte decisiva nesse processo de construção da comunhão. As comunidades crentes são formas de comunhão no gesto e na palavra. Por vezes, o silêncio e a

palavra estão muito próximos. Na ação ritual, encontramos o rasto da oração em voz baixa, a «secreta». Curiosamente esta oração em voz baixa não terá tido sempre um grande prestígio, face à oração «altifalante». Ana, no I Livro de Samuel, reza com um leve bulir dos lábios, gesto que o sacerdote Eli não entende, pedindo que se afaste e vá curar a sua embriaguez (I Samuel 1, 13).

A palavra ganha uma particular força nos contextos de autoridade. Aliás, as tradições religiosas apresentam-se, recorrentemente, como um conjunto de processos de perpetuação de uma palavra fundadora originária (a Lei, a Revelação, o Mandamento, etc.) A palavra torna-se norma, fixa os limites da legitimidade, «faz crer», suscita o assentimento, torna-se território de identidades (fronteiras). Neste sentido, os guardiões do Templo não são os guardiões do silêncio - na feliz expressão do antropólogo David Le Breton. Nos seus estudos de sociedades sem Estado, Pierre Clastres descreve situações rituais em que os chefes da comunidade prolongam atos de fala de forma contínua, sem que ninguém lhes preste atenção. O chefe tem a missão de recitar as grandes narrativas da comunidade. Essa recitação não é uma palavra que vise a interlocução, é uma palavra consensual, indiscutivel.

Nestas circunstâncias, o silêncio pode ser uma reserva face ao império da palavra, oferecendo um lugar à afirmação da individualidade, da experiência irrepetível. Talvez as formas mais corrosivas de dissidência não sejam as que usam a palavra contestatária, mas as correntes silenciosas – pensemos nas marchas silenciosas, onde o silêncio dá voz. O silêncio pode ser, afinal, uma «palavra de ordem». De uma forma geral, nos ambientes de forte regulação institucional, há um preconceito quanto à latitude de sentido que o silêncio pode assumir (para além do silêncio «rubricado»). Na minha experiência de etnografia em meio paroquial católico, observei com frequência que, sempre que os crentes pretendem abrir espaço à sua experiência pessoal nos ritos comunitários, o tempo do silêncio é um meio indispensável. Assim, o silêncio orante não é necessariamente imperturbabilidade. Enquanto «interioridade falante», pode ser muito ativo.

Quando os estilos celebrativos e os recursos rituais visam valorizar a possibilidade de acolhimento das diferencas, o silêncio é, invariavelmente, um recurso decisivo. Fabrice Blée, teólogo canadiano que estudou as atuais dinâmicas inter-religiosas monásticas na Europa, nos EUA e na Ásia, descobriu aí os sinais de uma remodelação da espiritualidade do deserto: o deserto de silêncio e encontro consigo mesmo é agora o deserto do encontro com o outro diferente. Um lugar onde todos se podem despojar daquilo que separa, abrindo novas possibilidades para o encontro. O teólogo observou que este novo monaquismo valoriza muito o silêncio orante e ritual, enquanto experiência de acolhimento e reconhecimento. Dirse-ia que o silêncio permite um consenso que o discurso tornaria difícil.

Algo de comparável se descobre em Taïzé. A sua mensagem planetária de recorte ético, o apelo à experiência de comunhão na diversidade étnica, nacional, linguística e espiritual, o jogo entre regra e livre expressão, dispersão e reunião, refletem-se de forma vincada no silêncio e na reiteração que ritmam o tempo ritual – são artes de fazer essa ponte entre o universal e o singular.

ALFREDO TEIXEIRA, é Professor Associado da Faculdade de Teologia da UCP. Doutor em Antropologia Política pelo ISCTE-IUL e Mestre em Teologia Sistemática pela FT-UCP, desenvolve o seu trabalho nas seguintes áreas: identidades e instituições religiosas na sociedade portuguesa; metodologias em Teologia Prática; performatividades e estéticas do religioso; novas teorias da religião. É Diretor do Instituto de Estudos de Religião da UCP, participa no Conselho de Direção da revista *Didaskalia*, é membro da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, da Associação «Movimento Patrimonial pela Música Portuguesa» e da Comissão da Liberdade Religiosa (Ministério da Justiça). Para além da sua atividade académica, desenvolve uma reconhecida e premiada atividade de composição musical.

https://pontosj.pt/autor/alfredo-teixeira/ (13/06/2018)



a compaixão perdida

O ser humano está a revelar-se capaz de se fechar num egoísmo que o desumaniza, mas tem, sempre, a possibilidade de se abrir para sofrer e se alegrar com o outro, para viver autenticamente: a compaixão morre onde e quando nós a matamos, dia após dia, mas a dignidade humana permanece viva, onde e quando, nem que seja uma única pessoa, consegue reconhecer o seu semelhante no sofrimento, se inclina sobre ele, o abraça e, ao fazê-lo, o salva, escreve ENZO BIANCHI, monge italiano, fundador da Comunidade de Bose, em artigo publicado por La Repubblica, 10-07-2019.

Em que estamos nós a tornar-nos? Um dos principais argumentos na complexa questão das migrações, diz respeito à suposta ameaça à nossa identidade, que o influxo de uma determinada tipologia de estrangeiros - étnica, religiosa, de renda - representaria para a sociedade italiana. Porém, o que, atualmente, nos deve preocupar mais não deverá ser uma hipotética futura "substituição" da italianidade - seja qual for o significado deste

termo - com elementos estranhos à história e à cultura de país, mas sim uma já ocorrida mudança na maneira de pensar, de falar e de agir que, até há poucos anos atrás, era um património amplamente compartilhado. Durante anos tenho insistido nisto, preocupado com os pequenos passos quotidianos em direção à barbárie: ora, estamos de tal modo imersos nesta forma de pensar que, sentimentos e emoções de que nos envergonhávamos, pelo

6

menos em público, são agora exibidos como troféus de guerra. Ao mesmo tempo, atitudes de solidariedade, de partilha, de bondade, de compaixão são desfiguradas e ridicularizadas. "A piedade morreu", cantava-se durante a resistência ao nazi-fascismo, reivindicando o direito de pagar com a mesma moeda de crueldade manchada com crimes contra a humanidade. Agora, mais de meio século depois das nossas sociedades e das legislações dos Estados terem banido este conceito de "justa vingança", eis que vemos, todos os dias, ganhar força uma proclamação tácita: "A compaixão morreu".

Parece ter morrido aquele sentimento pelo qual, atingidos pelo sofrimento do outro, assumimos a sua dor, a ponto de a sentir com ele como nossa: tornar a dor do outro a nossa dor. Ter compaixão é, essencialmente, "sofrermos juntos": uma qualidade muito humana que nunca foi fácil viver em profundidade, mas que hoje é ridicularizada como uma tolice de boas almas. O contexto cultural, pelo menos da década de 1960, criou uma possibilidade de perceção do mal, muito diferente do passado: basta pensar na remoção que as nossas sociedades sabem fazer da morte e, simultaneamente, da espetacularização e da exposição do sofrimento, até do horror, do macabro ao vivo, através dos meios de comunicação. Por um lado, habituamo-nos à visão do mal, mantendo-o de facto longe de nós, através da mediação dos meios de comunicação; por outro, sufocamo-nos, reduzindo a uma emoção mórbida, o que, pelo contrário, deveria ser um apelo, uma pergunta a necessitar de resposta.

De facto, os meios de comunicação erguem barreiras, muros, entre nós e a dor alheia, e condenam-nos, cada vez mais, a um quotidiano de solidão e isolamento. Paradoxalmente, achamos difícil nos tornarmos próximos do outro: facilmente nos tornamos próximos virtualmente, e multiplicamos a nossa proximidade virtual com contatos "líquidos", inversamente proporcionais às relações concretas, "sólidas". Deste modo, a morte de proximidade é experimentada como negação ou "morte do próximo". Nos últimos anos, porém, na Itália, como em muitos países ocidentais, a situação exacerbou-se ainda mais: orgulhamo-nos da crueldade para com os mais fracos, sejam eles os pobres "da nossa casa", os imigrantes, ou os membros de determinadas etnias.

A <u>solidariedade</u>, o histórico "socorro mútuo", o apoio entre os seres humanos marcados pelo sofrimento, o "sofrermos juntos", transformou-se - primeiro na linguagem e, depois, no comportamento - numa busca obsessiva por "<u>nos sentirmos bem bem sozinhos</u> nos sentirmos bem sozinhos", sem os outros, na verdade, contra eles. Se,

7

no entanto, este é, tragicamente, o quadro predominante, o que prevalece nos argumentos brandidos por uma certa política, bem como pelos meios de comunicação de massa, não devemos resignar-nos a transformar esta tendência deletéria majoritária num sentimento universal. Um esforço de resistência autêntica é necessário, não apenas para defender, pessoalmente, a ética da compaixão, mas também para saber discernir, reconhecer, dar voz àqueles que a solidariedade para com os seus irmãos e irmãs na humanidade, nunca deixou de a revelar e continua a fazê-lo, perante

o silêncio de muitos ou, mesmo, o escárnio de outros. O ser humano está a revelar-se capaz de se fechar num egoísmo que o desumaniza, mas tem sempre a possibilidade de se abrir para sofrer e se alegrar com o outro, para viver autenticamente: a compaixão morre onde e quando nós a matamos, dia após dia, mas a dignidade humana permanece viva, onde e quando, nem que seja uma única pessoa, consegue reconhecer o seu semelhante no sofrimento, se inclina sobre ele, o abraça e, ao fazê-lo, o salva". Porque "quem salva uma vida, salva o mundo inteiro".



«Oiço na caixa de um supermercado

a caixa: «Que calor hoje»

uma cliente: «É um calor africano maldito

que estes malditos migrantes trazem com eles»

a caixa: «São mesmo uma desgraça» a cliente: «Bloqueiem-lhes o mar!»

Eu fico mudo, e digo para mim: «A piedade está morta?»

8